

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH – CAMPUS VI
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS, LÍNGUA PORTUGUESA E
LITERATURAS

FLÁVIA JAQUELINE DE OLIVEIRA PEREIRA

VIOLÊNCIA SEXUAL FEMININA: UM ESTUDO DISCURSIVO DE
COMENTÁRIOS QUE CULPABILIZAM AS VÍTIMAS EM REDES SOCIAIS

Caetité - BA

2023

FLÁVIA JAQUELINE DE OLIVEIRA PEREIRA

**VIOLÊNCIA SEXUAL FEMININA: UM ESTUDO DISCURSIVO DE
COMENTÁRIOS QUE CULPABILIZAM AS VÍTIMAS EM REDES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sidnay Fernandes dos Santos

Caetité - BA

2023

FLÁVIA JAQUELINE DE OLIVEIRA PEREIRA

**VIOLÊNCIA SEXUAL FEMININA: UM ESTUDO DISCURSIVO DE
COMENTÁRIOS QUE CULPABILIZAM AS VÍTIMAS EM REDES SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas.

Caetité, 12 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Sidnay Fernandes dos Santos
(UNEB *Campus* VI – Orientadora)

Prof. Dr. Ginaldo Cardoso de Araújo
(UNEB *Campus* VI – Examinador interno)

Prof. Me. Lucélia Magalhães
(UNEB *Campus* VI – Examinadora interna)

Dedico este estudo a todas mulheres, principalmente àquelas que em algum momento de suas vidas foram vítimas de violência e, infelizmente, não tiveram voz e nem justiça. Tenho esperança que um dia este sistema mude e puna de fato os agressores, agindo com total respeito à vítima.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a Deus pela vida, pela saúde, pela minha família, pelas bênçãos diárias e por sempre me presentear com tanto. Nesta jornada, Ele foi meu alicerce e me deu suporte e apoio em todos os momentos, não me deixando desistir.

Gratidão, Senhor. A ti, toda honra e toda glória!

Na sequência agradeço aos meus pais, Benvindo e Maria, aqueles que nunca mediram esforços para me verem bem, sempre me incentivando a seguir um bom caminho. Sempre me passando bons ensinamentos e mesmo com desafios, lutam para proporcionar algo bom para os seus filhos. Muito do que sou hoje, devo a vocês. Este resultado é nosso. Vocês são guerreiros e meus maiores exemplos. Minha eterna gratidão por estarem sempre presentes, por me acompanharem desde a alfabetização, por todo o aprendizado, pelo colo, abraço, amor e cuidado. Eu amo vocês!

Agradeço a minha avó, Vitalina (*in memoriam*) que me ensinou muito sobre a vida e hoje é a minha grande saudade e inspiração. Ao meu avô, Jonas, que tem um enorme carinho por mim e é um dos meus grandes exemplos na vida.

Aos meus irmãos, Deise e Robério, pelas palavras que serviram de estímulos durante essa jornada. Vocês são um presente na minha vida.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Sidnay Fernandes, que esteve acompanhando minha trajetória acadêmica desde os semestres iniciais. Minha gratidão por ter apresentado a Análise do Discurso e por ter me proporcionado tanto conhecimento. Tenho total admiração pela profissional e pela pessoa que és. Agradeço por ter aceitado ser minha orientadora, pelo incentivo, por cada momento de orientação e por ter confiado em mim. Minha eterna gratidão!

Agradeço a todos os professores que fizeram parte do meu percurso, enquanto estudante, e que trouxeram para minha vida pessoal e profissional, grandes discussões, deixando suas marcas em minha identidade.

À Universidade do Estado da Bahia, *campus* de Caetité, por ter me proporcionado vivências significativas, ter me apresentado uma nova percepção de mundo, moldando minha mente. Tenho uma outra mentalidade e visão de mundo e devo muito disso a este espaço, as discussões que tivemos aqui e que foram fundamentais para a minha formação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos colegas e a todos que passaram pela minha vida e deixaram alguma contribuição.

“E eu queria um dia de trégua, um dia de folga, um dia em que nenhum corpo novo fosse empilhado, um dia em que nenhuma agonia fosse somada à que já existe, e eu estou pedindo que vocês me deem isso. E como eu poderia pedir menos? Isso é tão pouco! E como vocês poderiam me oferecer menos? Isso é pedir tão pouco! Até em guerras há dias de trégua. Sério, vão e organizem uma trégua. Parem o lado de vocês por um dia. Eu quero uma trégua de 24 horas sem estupro...”

(Andrea Dworkin, 1983)

RESUMO

A violência contra as mulheres é um problema recorrente na sociedade contemporânea e vem tomando grandes dimensões, tendo como causa principal as relações sociais de gênero em seu contexto de hierarquização, ao qual são determinadas pelo patriarcalismo, conservadorismo e capitalismo, que estabelecem os papéis para ambos os sexos. Nota-se que a violência contra as mulheres ocorre de diversas formas, no sentido de colocar a vítima em posição de submissão perante ao homem e, infelizmente, ainda no século XXI, essa violência vem sendo invisibilizada e silenciada pela sociedade, que, ao invés de manifestar seu apoio às vítimas, acaba procurando mecanismos para culpabilizá-las, reforçando assim, um discurso no seio social da naturalização da violência contra as mulheres, adotando dizeres que agem no sentido de transferir a culpa do agressor para a vítima. Nesse viés, esta pesquisa de abordagem qualitativa e cunho teórico-metodológico analista, tem como objetivo primeiro interpretar os efeitos discursivos em comentários que circulam nas redes sociais, *facebook* e *instagram*, sobre dois (2) acontecimentos de violência sexual feminina: um, em 2016; e o outro, em 2023. Como resultado, constatamos uma grande influência do patriarcado nos casos de estupro, advindo de um pensamento tradicional enraizado na sociedade, além disso, observamos o papel que a mídia exerce na formação de opinião em relação à vítima de casos de violência, reforçando os estereótipos que a culpabilizam. Para a realização dessa pesquisa, utilizamos como aporte teórico para o campo da Análise do Discurso de orientação francesa, as contribuições de Pêcheux (1995); (1990) e Orlandi (2012), a fim de entender o funcionamento desses discursos que colocam as mulheres em posição de culpada e, no que tange aos estudos de gênero, utilizamos Saffioti (1987) e Cisne (2014).

Palavras-chave: Mulheres. Violência. Relações Sociais. Análise do Discurso.

ABSTRACT

Violence against women is a recurring problem in contemporary society and has taken on large dimensions, having as its main cause the social relations of gender in their hierarchical context, which are determined by patriarchy, conservatism and capitalism, which establish roles for both the sexes. It is noted that violence against women occurs in different ways, in the sense of placing the victim in a position of submission before men and, unfortunately, even in the 21st century, this violence has been made invisible and silenced by society, which, instead of expressing their support for the victims, they end up looking for mechanisms to blame them, thus reinforcing a discourse within society about the naturalization of violence against women, adopting statements that act to transfer the blame from the aggressor to the victim. In this sense, this research with a qualitative approach and theoretical-methodological analytical nature, aims first to interpret the discursive effects in comments that circulate on social networks, Facebook and Instagram, about two (2) events of female sexual violence: one, in 2016 ; and the other, in 2023. As a result, we observed a great influence of patriarchy in cases of rape, arising from traditional thinking rooted in society, in addition, we observed the role that the media plays in forming opinions in relation to the victim of cases of violence, reinforcing the stereotypes that blame it. To carry out this research, we used as a theoretical contribution to the field of French-oriented Discourse Analysis, the contributions of Pêcheux (1995); (1990) and Orlandi (2012), in order to understand the functioning of these discourses that place women in a guilty position and, with regard to gender studies, we used Saffioti (1987) and Cisne (2014).

Keywords: Women. Violence. Social Relationships. Speech Analysis

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Motivos predominantes na culpabilização da vítima.....	32
-------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Caso Beatriz (2016) – <i>Facebook</i>	34
Figura 02: Comentário vinculado no <i>faceboook</i> sobre o caso Beatriz.....	35
Figura 03: Comentário vinculado no <i>faceboook</i> sobre o caso Beatriz.....	35
Figura 04: Caso em anonimato (2023) – <i>Instagram</i>	38
Figura 05: Caso em anonimato (2023) – <i>Instagram</i>	38
Figura 06: Comentário vinculado no <i>instagram</i> sobre caso em anonimato.....	39
Figura 07: Comentário vinculado no <i>instagram</i> sobre caso em anonimato.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

FD – Formação discursiva

FI – Formação ideológica

OMS – Organização Mundial de Saúde

SUMÁRIO

1. A CULPA É DA MULHER? CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	11
2. ANÁLISE DO DISCURSO PECHUTIANA E SUAS CATEGORIAS.....	15
3. RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E SEXO.....	20
2.1 O papel da mulher na sociedade do século XXI.....	22
4. VIOLÊNCIA FEMININA.....	27
4.1 A influencia exercida pelas redes sociais.....	29
4.2 Acontecimentos: Beatriz (2016) e 2023.....	31
4.3 Como culpam as vítimas? Análise do <i>corpus</i>	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXOS.....	47

1 A CULPA É DA MULHER? CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Quanto mais criminosos sexuais forem punidos, maior será a percepção de que o estupro tem consequências. Quanto mais falarmos no assunto, mais o desmistificaremos.
(Ana Paula Araújo, 2020).

Como mulher, as questões de gênero sempre estiveram presentes no meu cotidiano e logo depois do episódio de Mariana Ferreira¹ - jovem mineira, conhecida nas redes sociais como Mari Ferrer que ganhou páginas de jornais após denunciar um abuso sofrido em 2018, no estabelecimento em que trabalhava fazendo divulgações. Seu caso tomou uma grande proporção pelo tratamento que foi atribuído à ela durante a audiência, sendo insultada e humilhada pelo advogado de defesa do réu, que julgou seu comportamento e conduta diante da sociedade – este interesse se intensificou. Lembrando que o caso de Mariana não é um caso isolado, mas apenas um entre tantos outros processos de estupro que ocorrem no Brasil e que consideram a vítima como culpada, até mesmo durante o julgamento.

Ao observar esse caso de violência e tantos outros que ocorrem na sociedade, percebe-se, como aponta a epígrafe desta introdução, a necessidade de pontuar constantemente questões que envolvem o tema violência sexual, justamente para que se possa compreender a dimensão do problema e as suas consequências para a vítima e para o agressor e, para além disso, desmistificar alguns “conceitos” naturalizados por uma grande maioria das pessoas, que chegam a normalizar a violência contra as mulheres, seja ela de qualquer esfera.

Ana Flávia D’Oliveira, médica e pesquisadora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, aponta em um dossiê sobre violência contra as mulheres, o seguinte:

Precisamos em primeiro lugar ver e fazer ver os casos de violência, acolhendo as vítimas, combatendo a sua culpabilização e responsabilizando os agressores. É necessário também campanhas de educação e reflexão para que a sexualidade de homens e mulheres possa ser reconhecida e valorada como uma dimensão importante e positiva da vida e possa ser exercida de forma livre e responsável em relação a si mesma/o e a outras/os.²

¹ Para maiores informações sobre esse episódio, consultar: <https://www.intercept.com.br/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/> Acesso em 10 de setembro de 2023.

² Disponível no dossiê “Violência contra as mulheres”. Para mais leituras acesse: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-sexual/> Acesso em 12 de setembro de 2023.

Mesmo que a violência sexual feminina seja um assunto muito debatido, ainda necessita de maiores palcos, para que se possa iniciar uma relação de mudança na sociedade, combatendo, desmistificando “conceitos” e questionando comentários e ideias misóginas e sexistas, evitando sua propagação. Neste contexto, especialistas sugerem uma desnaturalização de todo um legado discriminatório contra as mulheres no que diz respeito aos supostos papéis de gênero divergentes perante a questão da sexualidade.

Considerando a importância da pesquisa, entende-se a sua grande relevância para a sociedade, predominantemente patriarcal, calcada em valores antigos e preconceituosos, sobretudo diante da figura feminina. Além do preconceito que recai sobre as mulheres, observa-se uma atribuição por parte da sociedade, da culpa do estupro sendo transferida do agressor para a vítima, vinculado, na maioria das vezes, por questões de comportamento, vestimentas, entre outros, que as pessoas atrelam a uma suposta facilidade demonstrada pelas próprias mulheres.

Diante disso, objetiva-se neste estudo analisar os efeitos discursivos no processo de culpabilização da vítima em comentários veiculados nas redes sociais: *Facebook* e *instagram*³, sobre casos de violência sexual feminina, analisando como os efeitos discursivos são produzidos e como isso contribui para que os discursos culpabilizem as mulheres e as coloquem nesta posição. Neste sentido, questiona-se: Como funciona, discursivamente, a construção de dizeres nas redes sociais (*facebook* e *instagram*) por meio dos quais vítimas de violência sexual feminina são culpabilizadas?

Nas buscas realizadas, foram utilizados como critério de seleção comentários/discursos que funcionam no sentido de atribuir culpa à vítima de estupro. Selecionamos comentários que envolvem casos de estupro que ocorreram no Brasil, em 2016 e 2023. Em relação ao primeiro acontecimento, escolhemos textos publicados no portal de notícias G1, no *facebook* e diz respeito ao caso Beatriz, jovem estuprada por cerca de 30 homens. Quanto ao segundo acontecimento, foi selecionado na página *@maselenuncamebateu*, no *instagram* e se refere ao caso de uma garota de 22 anos (nome no anonimato), que foi deixada inconsciente na rua de sua casa, por um motorista de aplicativo, e minutos depois foi levada por um homem que a estuprou.

A escolha dos casos e dos comentários se deu pela grande repercussão que tiveram nas mídias e pela indignação que me causaram. É possível observar que em todos os comentários

³ A plataforma do *Facebook* foi criada por Mark Zuckerberg, em 2004 e expandida em 2005 e o *Instagram* foi criado por Kevin Systrom e Mike Krieger, em 2010.

selecionados, existe uma certa motivação implícita a respeito dos crimes cometidos, colocando a vítima sempre em uma posição de culpada, dando a entender que suas “decisões imprudentes” tiveram tal penalidade.

Assim, tramitam diversas estratégias de legitimação, agindo no sentido de atribuir à vítima a responsabilidade pela violência sofrida e apagando a culpa do estupro, o que acaba contribuindo com o avanço da cultura do estupro e da prática de culpar a vítima, bem comum da estrutura social de hegemonia masculina, que privilegia os homens.

Desse modo, este estudo se filia a uma abordagem qualitativa e cunho teórico-metodológico analista. Utilizamos como base teórico-metodológico para a análise, a discussão de Análise do Discurso de linha francesa, instaurada por Michel Pêcheux (1969) que nos permite entender como os discursos funcionam e como são constituídos de efeitos que estão em constante movimento, de modo que estes efeitos estão atrelados ao fator ideológico e histórico.

Desta forma, entende-se que esta pesquisa abrange várias questões de debate e, assim, há a necessidade de explorar mais sobre o assunto, uma vez que na sociedade há o predomínio e a naturalização da culpabilização da mulher em crimes cometidos contra ela. Tal estudo ainda promove o desenvolvimento do pensamento crítico em relação as causas do estupro, aprofundando a compreensão das novas estruturas sociais. Logo, o objeto em questão foram comentários publicados nas redes sociais, por ser um espaço discursivo na propagação desses dizeres, que normalizam a violência sexual feminina, trazendo à vítima numa condição de culpada pelo ato.

Tendo isso em vista, este estudo se divide em quatro capítulos. Na introdução, abordamos de um modo geral o que vai ser trabalhado em todo o estudo. No capítulo seguinte, discutimos sobre a teoria que embasa este estudo: *Análise do Discurso Pêcheutiana e suas categorias*, tendo seu surgimento na França, com um dos principais e mais importante precursor: Michel Pêcheux, que buscou entender o funcionamento do discurso. Assim, neste capítulo, foram discutidos alguns conceitos da Análise do Discurso, considerando suas categorias de/para análise, com o intuito de entender como são produzidos os efeitos de sentido nos comentários selecionados.

No terceiro capítulo, *Relações sociais de gênero e sexo*, buscamos compreender como se dá o processo de desigualdade entre os sexos, considerando os modos de dominação e subordinação que são elementos fundamentais para entender o processo de hierarquização.

Na sequência (mesmo capítulo), discutimos sobre: *O papel da mulher na sociedade do século XXI*, abordando as evoluções e conquistas consagradas no decorrer dos anos, através de

lutas do movimento feminista, e, ainda neste debate, vamos procurar compreender os discursos do ideal de mulher, tendo por base dizeres oriundos do capitalismo que colaboram para que este ideal de mulher esteja em conformidade com a construção social, cultural e histórica.

Por fim, no quarto e último capítulo, abordamos sobre: *Violência sexual feminina*, trazendo uma breve discussão sobre o que é violência e como ocorre, quais fatores que levam a isso e quais são os tipos. Será debatido também a influência que as redes sociais exercem nesse processo de culpabilização da vítima, naturalizando, por meio de discursos digitais, a violência sexual feminina.

Ainda no mesmo capítulo, no tópico (Como culpam a vítima? Análise do *corpus*) contextualizamos, de forma resumida, os casos que serviram de base para os comentários e, conseqüentemente, para as análises. Nesse mesmo capítulo, apresentamos um gráfico, elencando os principais motivos no processo de culpabilização da vítima, segundo os comentários selecionados de internautas nas redes sociais.

O *corpus* discursivo é formado por quatorze (14) comentários, publicados em duas redes sociais (*facebook* e *instagram*). Dentre esses comentários, selecionamos quatro (4) para serem analisados. Para este estudo, foram coletados textos, levando em conta as condições de produção do discurso. As análises foram feitas pesquisando como os efeitos dos discursos culpabilizam a vítima; de que forma a culpa da agressão recai sobre as mulheres e como os discursos patriarcais, conservadores, capitalistas sustentam e colaboram para justificar essa culpa.

2 ANÁLISE DO DISCURSO PECHUTIANA E SUAS CATEGORIAS

A Análise do Discurso de orientação francesa surgiu na França, entre a década de 60 e 70, através dos estudos de Michel Pêcheux, o qual inaugurou a Escola Francesa de Análise do Discurso, com o objetivo de averiguar a produção de sentidos que ocorre na relação entre a língua, sujeito e história, compreendendo a ideologia presente no interior do discurso. Em síntese, a AD não estuda somente a linguagem, mas tudo que a envolve.

Pêcheux (1969), ao desenvolver a teoria da Análise do Discurso, dá seguimento aos estudos de Louis Althusser, teorizando sobre a materialidade histórico-linguística do discurso e como a ideologia se permeia na linguagem. Com o intuito de explicar as relações entre sujeito e linguagem, Pêcheux, em seus estudos, promove novas descobertas dentro do contexto teórico-político, relacionando as condições de produção de discurso e sentidos e propondo uma concepção de discurso em que se entende o discursivo como efeito da ideologia.

Como mencionado, a AD teve origem na França e, posteriormente, foi trazida para o Brasil pela pesquisadora Eni Orlandi. Segundo Orlandi (2012), o discurso não é exatamente aquilo que o sujeito diz, mas sim aquilo que o atravessa, que o constitui e que o transforma em sujeito do discurso, dando possibilidades de falar, entre outras palavras, é um conjunto de possíveis dizeres, não sendo fechado a um texto em si.

Conforme Orlandi (2009), a Análise do Discurso Pechutiana discorre teoricamente a forma que a ideologia se manifesta na linguagem. Pêcheux afirma que: “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI *apud* PÊCHEUX, 2012, p. 17). Assim, Pêcheux usa a noção de ideologia para explicar a constituição dos sujeitos particulares. Com isso, resulta em um discurso essencialmente ideológico, não sendo considerado apenas como um ato de comunicação, mas também como um jogo discursivo ideológico que funciona entre os sujeitos da sociedade.

Assim, o objetivo de Pêcheux é criticar a leitura em sua forma abstrata, desconsiderando o efeito que está colocado e a forma que a concepção materialista está contida nesse contexto. Dessa maneira a proposta da AD é:

Uma releitura sobre a estrutura que constituía o mundo e as coisas e não propriamente seu conteúdo, este seria, então o princípio do ponto de vista que permitiu advir um objeto e os dizeres sobre ele: o discurso, como efeito de linguagem, com sua materialidade linguística, histórica e permeado de inconsciente. (PÊCHEUX, 2011, s/p)

Diante disso, a Análise do Discurso tem uma inquietação em relação a língua, diferente da de Ferdinand de Saussure⁴, que entende a língua como algo isento de ideologias, histórias e sentidos. A AD procura refazer o conceito de língua, conforme aponta Silva (2017), como sendo aquela que produz sentidos para os sujeitos, possuindo como objeto de investigação, o discurso.

Resumidamente, a AD considera seu objeto como uma palavra em movimento, colocando a linguagem como mediação entre os sujeitos e a realidade social. Assim, ela vai apresentar uma nova forma de refletir e estudar a linguagem, facilitando a compreensão dos discursos e como eles funcionam e solidificam em uma certa sociedade, nesse caso, em uma sociedade capitalista, conservadora e patriarcal que usa discursos fundamentados nos aparelhos ideológicos, para poder vigorar e agir por intermédio dos sujeitos.

É preciso pensar que no funcionamento da linguagem existe uma relação entre os sujeitos, sentidos e ideologias, sendo estes influenciados pela língua e pela história. Com base nisso, o discurso deixa de ser apenas um ato de comunicação e passa a ter um viés ideológico que permeia entre os sujeitos da sociedade. Althusser (1970) aponta que sujeitos e ideologias estão interligados, fazendo com que ocorra a ligação de discursos e sujeitos.

Orlandi (2003, p. 62-63) afirma que:

O discurso é definido não como um transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre locutores. Assim, se considera que o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar outro, mas da relação de sentidos estabelecida por eles num contexto social histórico.

Tendo isso em vista, a Análise do Discurso busca compreender que a linguagem vem para comunicar e não comunicar, e essa comunicação vem carregada de sentidos, possuindo uma vertente histórica e ideológica, repleta de lutas, sem ser passível de neutralidades. Silva (2017, p.33) afirma que: “[...] o homem é quem faz a história a partir das suas necessidades, modificando a realidade e produzindo uma nova realidade a partir das relações de trabalho”. Nesse aspecto, compreende o discurso como uma prática social, que em uma sociedade patriarcal, capitalista e conservadora, faz uso dessa prática discursiva para o bem próprio.

Com o surgimento da AD, a língua começa a ser estudada por um cunho ideológico e linguístico-histórico, sendo necessário para entender seu funcionamento e seus efeitos de sentidos. Nessa perspectiva a Análise do Discurso Pecheutiana apresenta categorias para a

⁴ Ferdinand de Saussure, linguista e filósofo suíço, conhecido como pai da lógica estruturalista. Em seus estudos, ele considera a língua como homogênea de forma pragmática, sincrônica e sistemática, estando em uma concepção de análise somente do momento.

análise dos discursos, oferecendo ao analista um referencial teórico a ser mobilizado para analisar os sentidos e identificar, a partir das categorias, aquilo que está no plano do dizível, do não dito, do dito antes e alhures e do silêncio.

Assim, para esta pesquisa, utilizamos como categorias para análises: Formação discursiva (FD), formação ideológica (FI), interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva.

A categoria formação discursiva (FD), é conceituada por Pêcheux como “aquilo que numa formação ideológica dada numa conjuntura dada, determinada pelo Estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (1995, p. 160), e, através dela, compreende-se o processo de produção de sentidos. Com isso, as FDs se relacionam em uma conjuntura sócio-histórica, sendo guiadas pela formação ideológica (FI), que:

(...) comportam-se necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 169)

Assim, na questão do discurso, não se pode pensar e trabalhar essas duas formações separadamente, como aponta Pêcheux (1995, p. 162) “(...) toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado o complexo das formações ideológicas” .

Nesse viés, os sentidos dos discursos baseiam – se em relações que são construídas pelas FDs, não sendo predeterminados por propriedades da língua. Por isso, em algumas situações, palavras iguais podem trazer significados diferentes porque se inserem em formações discursivas diferentes. Assim, entende-se que as FDs apresentam sentidos distintos considerando a posição que ocupam, evidenciando que todo discurso é ideológico e que as condições de produção de qualquer materialidade discursiva estão associadas ao reflexo da sociedade a qual o sujeito está inserido.

As próximas categorias selecionadas são o interdiscurso e o intradiscurso. O interdiscurso diz respeito à constituição de sentidos, enquanto o intradiscurso se refere à formulação. Orlandi aponta que:

(...) A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos. (2012, p. 33)

Nesse contexto, entende-se que para o interdiscurso ter efeito, é preciso que ele já tenha sido dito por algum sujeito, em determinado momento, e que se anule na memória para que em um outro momento faça sentido novamente. Em conformidade com Orlandi, “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em situação discursiva dada” (2012, p. 31). Isto é, tudo que vier a ser dito, já foi dito antes em alguma circunstância e acabam significando ali. Com isso, aquilo que está sendo dito, faz sentido mais uma vez porque já foi dito antes e traz uma memória discursiva. O fato do discurso já ter sido dito, reforça a possibilidade de todo dizer.

O intradiscurso remete-se à formulação do discurso a partir da realidade presente, retomando sobre si mesmo e não sobre outros discursos. Maingueneau e Chareadeau (2008), afirmam que:

Opõe-se intuitivamente o intradiscurso, relações entre os constituintes do mesmo discurso, a interdiscurso, relações desse discurso com outros discursos. Mas é necessário desconfiar de qualquer representação que faria do “interior” e do “exterior” dois universos independentes. As problemáticas do dialogismo ou da heterogeneidade constitutiva mostram que o intradiscurso é atravessado pelo interdiscurso. (2008, p. 290).

Basicamente, o intradiscurso se refere ao interior do discurso, sua formulação. Ou seja, quando se tem um determinado discurso em um dado momento específico, se formulando, se regulando.

No que diz respeito a memória discursiva, essa apresenta algumas características que relacionam-se ao interdiscurso, carregando sentidos implícitos, que nem sempre estão presentes, mas eoam no discurso. Segundo Pêcheux:

A memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética de repetição e regularização: a memória discursiva seria aquilo que , face a um texto que surge como acontecimentos a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita. (1999, p. 52).

Posto isso, o funcionamento da memória discursiva por meio de dizeres assume funções que agem de maneiras opostas entre si: de um lado retoma o passado e de outro elimina-o, apresentando a ideia de que os discursos não são prontos e nem acabados. É por meio da memória discursiva que os dizeres ganham sentidos e esses sentidos devem serem analisados por uma conjuntura sócio-histórica datada e lembrada. Orlandi (2012) destaca que a memória discursiva é uma evocação do esquecimento como passado dentro do discurso. Obtendo assim, de acordo Orlandi, uma dualidade do conceito memória, evocando aquilo que foi esquecido,

mas que se manteve em parte a ser lembrado. A memória discursiva é importante para que se possa analisar o passado do discurso e seus sentidos mais implícitos que são evocados no enunciado.

É interessante lembrar que o sujeito se constrói por intermédio das relações que são postas na sociedade em que ele está inserido. Isso ocorre na relação entre sujeito, língua e discurso, quando o sujeito está inserido em uma sociedade capitalista, com discursos dominantes, esse sujeito acaba entrando em concordância com esses discursos, fortalecendo esse capital. Nesse viés, a língua, por ser uma prática social, torna-se um ponto principal para sustentar os interesses desse capital, materializando discursos capitalistas, aos qual colaboram para o seu processo de consolidação na sociedade. Pêcheux (1995, p. 82) aponta que: “(...) a língua se traduz pelo fato de que todo processo discursivo se inscreve uma relação ideológica de classes”. Posto isso, o discurso é resultado da ideologia e os sujeitos são interpelados por ela.

3 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E DE SEXO

Os estudos voltados a gênero, enquanto categoria de análise se iniciaram por volta dos anos 1970 e 1980, pelo movimento feminista, que se baseavam nos interesses sobre a naturalização da submissão da mulher ao homem, entre outras palavras, a desigualdade existente entre ambos os sexos, procurando analisar como essas relações sociais constitutivas ditavam o funcionamento da sociedade de classes e são as relações sociais de gênero que indicam a posição do que é tido como feminino e masculino nessa sociedade de classes.

Para entender como as relações sociais de gênero se constituem, é necessário também compreender o conceito de gênero. Segundo Scott (1990), o conceito de gênero atravessa os determinantes biológicos que diferenciam homens e mulheres. Para a autora, gênero abrange domínios estruturais e ideológicos nas interações entre os sexos e também demanda uma posição analítica de questionamentos dos paradigmas históricos existentes nessas relações.

Para a pesquisadora Saffioti (1992), gênero é construído sócio-historicamente, definindo tanto o homem quanto a mulher mediante as suas relações sociais. Desse modo, entende-se que essas relações não se controem dispersas, é necessário uma ligação sócio-histórica, que de certa maneira colabora para que a hierarquização ocorra, fazendo com que homens exerçam domínio sobre as mulheres.

Considerando que a pesquisa em questão envolve o gênero mulher, é importante pensar também as relações que existem entre homens e mulheres sendo constituídos na e pela história. Assim, o conceito de relações sociais de gênero e sexo é justamente para compreender a oposição estrutural de suas classes. Com isso, entende-se que a identidade social de homens e, principalmente de mulheres, é reduzida perante sua condição biológica, cultural e social, questões que estão implementadas e instauradas na sociedade.

Por conseguinte, é notório que os espaços sociais que vêm por meio das relações sociais de sexo, vão estabelecendo hierarquias e colocando limitações/restrições. De acordo Devreux (2005), existem propriedades formais entre as atividades das relações sociais de sexo, o autor ainda diz que:

As primeiras são as modalidades de ação pelas quais essas relações se exprimem: a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo – ou a divisão das categorias do pensamento sobre os sexos. As segundas, as propriedades, são as características formais sob as quais essas relações aparecem no espaço social, por meio do partilhamento desse espaço em esferas ou campos, como a esfera do trabalho produtivo, da família, da escola, do político, etc... (2005, p. 566)

Nesse viés é perceptível que a sociedade, mediante as relações sociais, estabelece hierarquias entre os sexos, colocando restrições e limitações e, essa categoria possibilita compreender, entre vários pontos, os lugares de fala, quem pode e quem não, e, para além disso, busca também, denunciar a opressão vivida pelas mulheres que parte não só da condição biológica, mas também das relações sociais estabelecidas em sociedade.

No Brasil, a pesquisadora Mirla Cisne (2013) produz estudos nessa categoria, buscando analisar como se dá esse processo de relações sociais que coloca o homem em posição superior a mulher. Dessa forma, em um diálogo com Falquet (2012, p. 13), Cisne (2013) conceitua as relações sociais de sexo como:

O conceito de relações sociais, permite pensar por meio da sociedade, os indivíduos e as classes. As relações sociais podem efetivamente ser vistas como tensões dinâmicas, sem cessar em recomposição, que constroem oposições e polarizam o campo social com mais ou menos força segundo o ponto em que se encontra a relação da origem dessas tensões. Nesse sentido, elas permitem também compreender melhor a posição relativa de diferentes sujeitos sociais submissos simultaneamente a várias dessas relações de força, que exercem sobre diferentes planos, permitindo uma visão multidimensional e histórica das coisas.

Assim, compreender esse conceito e como ele se instaura na sociedade de classes, possibilita observar como as relações se constituem, historicamente, culturalmente e socialmente, visto que, como foi supracitado, os corpos são colocados em lugares e posições que são determinados pelo contexto ao qual estão inseridos.

Além disso, os estudos sobre as relações sociais de sexo são indispensáveis para entender também a exploração no mundo do trabalho, especificamente no que Falquet (2008, 2012) denomina de “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”. Falquet (2012, p. 163) explica: “[...] as mulheres efetuam sempre majoritariamente ‘trabalho de mulheres’ com condições de trabalho de mulheres (informalidade, precarização, abuso de todos os tipos, incluindo o assédio sexual) e os salários das mulheres”. O “trabalho desvalorizado” e o “trabalho considerado feminino” são compreendidos ainda, como tudo o que se encontra entre trabalho mediante salários reduzidos e trabalhos gratuitos.

É importante ressaltar que as diferenças vistas como desigualdades estimulam a hierarquia na classe trabalhadora, não só em questão de sexo, mas também em questão racial, como aponta Cisne:

[...] as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros [...] Os homens brancos e heterossexuais possuem muito mais privilégio do que o outro extremo da hierarquia social: a mulher negra, lésbica e pobre. (2014, p. 27-30)

Assim, ao pontuar sobre as relações sociais de gênero, é fundamental citar o feminismo negro, que foi o resultado das diferenças entre mulheres brancas e mulheres negras. Paralelo a isso, observa-se que ainda na sociedade contemporânea, as mulheres sofrem opressões de diversos domínios - como supracitado em seções anteriores – porém, no caso de mulheres negras, essa opressão é intensificada, tendo por base o racismo, a marginalização, subalternização e até mesmo, sua exclusão.

Collins (2008) aponta que os grupos de oprimidos, em especial de mulheres negras são, muitas vezes, considerados com menor capacidade de reivindicar por questões que lhes afetam objetivamente. Assim, acabam sendo acusados de não possuírem uma percepção independente do grupo que os dominam ou de não enxergarem sua posição de subordinados. Bell Hooks (1995) reforça dizendo que a mulher negra é descrita como um ser duplamente inferior, por conta da sua condição feminina e também racial.

Diante desse cenário de silenciamentos e invisibilidades, o movimento feminista negro deve reforçar suas lutas, no sentido de captar lugares de fala para mulheres negras, reconhecendo e pontuando os espaços já conquistados e aqueles que ainda estão distantes.

Com isso, as diferenças são apontadas como desigualdades e constituem níveis de hierarquização de forma a influenciar uma classificação entre os seres sociais: àqueles que se classificam em posições superiores e detêm de melhores vantagens e oportunidades e, os demais, em posições inferiores, ficando sujeitos a desvantagens fomentadas pelo modo de produção e legitimadas pelo capitalismo.

Resumidamente, a categoria relações sociais permite compreender que as relações de sexo não são isoladas ou simplesmente individualizadas entre homens e mulheres, mas estruturadas com os conflitos que envolvem classe e etnia e isso permite entender, no que se diz respeito as mulheres, que a ordem social as colocam em posições inferiores, seja no quesito de trabalho, salários, lugares de fala, etc..., fazendo com que ocorra uma hierarquização dos seus corpos.

3.1 O papel da mulher na sociedade do século XXI

À medida que a sociedade progride, os debates acerca das questões de relações sociais de gênero são aprofundados e reincidem no que diz respeito à submissão e dominação entre homens e mulheres que ocorreram/ocorrem por meio das desigualdades propagadas no sistema patriarcal e conservador. Com isso, observa-se que os corpos são construídos através de

discursos, considerando o contexto social, cultural e histórico, que se apropria de aparelhos ideológicos para sustentar os modelos desses corpos.

Em razão disso, observa-se que a sociedade construiu um padrão “ideal” de mulher, condicionando-as a posições e lugares de fala que ditam e molduram aquilo que pode ou não ser feito. A partir disso, percebe-se a hierarquização entre o corpo do homem e da mulher, sendo um fator determinante no processo de subordinação e dominação. Nisso, a desigualdade entre os sexos é enorme, o que recai na questão da violência, fazendo com que as mulheres tenham seus corpos violados, objetificados e mortos.

Para fazer uma análise da mulher brasileira do século XXI, é necessário fazer uma relação com a história de anos anteriores e observar como o ideal de mulher foi sendo construído sócio-historicamente e ideologicamente pela sociedade, e em quais momentos a mulher começa a ingressar em determinados campos.

Remontando ao século XX, observa-se dois momentos cruciais para essa análise: o primeiro momento, como afirma Pinsky (2015), se iniciou na primeira metade do século XX, logo quando foram instaurados modelos de feminilização mediante o que a sociedade impusera, considerando lugares, modos, jeitos, vestimentas, entre outros. Na segunda metade, foi o período em que as mulheres passaram a ter um pouco mais de liberdade, pelo fato de ter intensificado a presença do feminismo, garantindo uma certa emancipação feminina e assim, outros modelos passaram a serem instaurados.

É fundamental destacar a importância que o movimento feminista exerce no que diz respeito a conquista de direitos das mulheres, seja no campo do trabalho, das questões que envolvem a economia, enfim, as lutas feministas foram e são pertinentes para também entender a história das mulheres e de como os discursos sobre o que é “próprio da mulher” ou “qual seu papel” influenciam nas relações sociais de sexo em todos os âmbitos da sociedade. Nessa perspectiva, é importante mencionar que foi a partir do primeiro movimento sufragista⁵, iniciado no século XIX, que as mulheres que ocupavam cargos público conseguiram o direito ao voto, e anos depois, após muitas lutas travadas, o voto passou a ser direito de todas as mulheres, sendo considerado uma das principais conquistas femininas.

Após alguns progressos brasileiros, em meados de 1945 a mulher começa a ocupar lugares no setor econômico que antes não ocupará, porém esse fator não desprendia a mulher

⁵ O Movimento das Sufragistas teve início fora do país, representando a primeira onda do feminismo. No Brasil, o movimento foi liderado por Leolinda e Bertha, que lutaram para que as mulheres tivesse o reconhecimento de sua cidadania através do voto. Para mais informações: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASUHQ/1/semiramis_final_com_anexos.pdf Acesso em 20 de setembro de 2023.

das perspectivas advindas do patriarcalismo e capitalismo – casamento, virgindade e questões do lar - esses eram “pilares” condicionantes para o ideal de mulher nos séculos passados e até nos dias de hoje.

Ver a mulher ocupando posições e lugares fora daquilo que era proposto, causava preocupação por parte da sociedade, que, como afirma Silva (2017, p. 56) “[...] pois poderia ‘perder a sua feminilidade’, além de não assumir o ‘papal’ destinado a elas em satisfazer seu marido, e na organização do ambiente doméstico”, quando ocorre da mulher não seguir aquilo que estava estipulado e sustentado pelos aparelhos ideológicos, acaba sendo julgada pela sociedade em vigor.

Mesmo que a mulher executasse funções fora do seu lar, ela ainda estava condicionada a desempenhar seu “papal de doméstica” sem remuneração, sustentando a ideologia imposta pelo Estado e normalizando trabalhos doméstico como obrigação da mulher, fator que é naturalizado até nos dias atuais e colocam as mulheres em uma dupla jornada de trabalho, como aponta Silva:

[...] ainda cabe a ela desenvolver atividades no lar devido à naturalização dos dizeres e comportamentos sobre o “ser mulher”, e essas tarefas incluem, sobretudo, o cuidado com os filhos, o marido, e a organização da casa sem receber alguma remuneração para realizar esses afazeres domésticos e “maternais”, pois é socialmente constituída a ideia de que cabe a mulher cumprir essas funções [...]. (2017, p. 53).

Destarte, para as mulheres eram concedidas uma tríade: casamento, lar e maternidade, isso já fazia parte de um ideal construído socialmente, culturalmente e historicamente, sendo um modelo de feminilização imposto pelo capitalismo. Enquanto que, para o homem, era dado o papal de autoridade, provedor e, com isso, condicionavam esses corpos a serem rotulados, tendo que suprir as expectativas sociais, impostas pelo Estado, pela igreja, pela família, dentre outros, que se responsabilizam para que tais expectativas fossem cumpridas.

Simone de Beauvoir (1967) observa que em uma sociedade patriarcal, o casamento está voltado para a mulher assim como a realização profissional está para o homem, de forma que para que o casamento tenha sucesso, é necessário que a mulher faça algumas permissões, procurando satisfazer as vontades do marido, dando importância as suas preferências singulares, em especial no que diz respeito ao sexo.

Saffioti diz:

Dada, porém, a natureza complementar das relações entre homens e mulheres, cabe buscar-se nas oposições estruturais de certa formação social, as determinações essenciais do sistema de produção de bens e serviços capazes

de explicar, a um só tempo, os papéis masculinos, os papéis femininos e a natureza complementar de ambos na família e na sociedade. (1976, s/p.)

Com isso, observa-se que o sistema capitalista e patriarcal são fatores determinantes para fixar o ideal de mulher e partindo dessa premissa, mulheres são condicionadas a seguirem um modelo de comportamento que agrada o sistema. Por meio de discursos conservadores e patriarcais, o universo feminino acaba sendo marginalizado e colocado em uma posição inferior quando burlam aquilo que o patriarcalismo acha o ideal. Dessa forma, a desigualdade existente entre os sexos é complexa e, apesar das mulheres serem a grande maioria da população, ainda têm as suas vozes silenciadas, mesmo com grandes esforços, ainda não tem a entrada livre em certos espaços, especialmente onde habita o poder.

Foi por meio das lutas feministas, na década de 1960, quando houve a primeira e segunda onda do feminismo, que fortificou a independência das mulheres. Os movimentos feministas, mesmo na época da Ditadura Militar, se mantiveram fortes e não se limitaram, começaram a ganhar reconhecimento e espaço em lugares públicos e sua visibilidade aumentou, garantindo grandes marcos durante o século XX.

Contudo, apesar dos avanços conquistados pelo movimento feminista no decorrer dos anos, a mulher do século XXI ainda ocupa diferentes espaços na sociedade e tem seus corpos doutrinaados pelo patriarcalismo, conservadorismo e capitalismo que ditam modelos de feminilização para serem seguidos, dando a mulher a condição de ser dona de casa, responsável pelos afazeres domésticos, sem remuneração, fator que reforça cada vez mais os estereótipos que lhes foram impregnados desde seu nascimento.

Assim, não é difícil perceber que homens e mulheres não ocupam os mesmos papéis na sociedade. Durante longos anos, as mulheres só serviam para reproduzir e realizar as tarefas de casa, não se via uma mulher trabalhando na política ou em qualquer outra área, senão no seu lar. Até os dias atuais, quando acontece de uma mulher se inserir no mercado do trabalho, reunindo-se com homens e outras mulheres, sob o comando de um homem, observa-se que a dominação feminina é mais carregada que a masculina, o que pode ser percebido em vários aspectos.

Mesmo executando as mesmas funções que os homens, a remuneração da mulher é menor, sem contar que, quando apresenta no seu trabalho um teste de gravidez positivo, em alguns casos, ocorre sua demissão e, além disso, muitas mulheres são submetidas a prestarem serviço de caráter sexual com o patrão, a fim de preservar o emprego e, isso não está presente somente no ambiente de trabalho, em escolas e Universidades também é muito corriqueiro

professores aproveitarem de alunas em troca de boas notas, exercendo um abuso de poder. Saffioti afirma que:

São múltiplos os planos da existência cotidiana em que se observa esta dominação. Um nível extremamente significativo deste fenômeno diz respeito ao poder político. Em termos muito simples, isto quer dizer que os homens tomam as grandes decisões que afetam a vida de um povo. (1987, p. 47)

Trazer em debate discursos e questões culturais, históricas e sociais possibilita entender como os corpos foram e são construídos e doutrinados pela sociedade e como são sustentados pelo Estado, levando em conta a influencia dos aparelhos ideológicos que atuam para que essa construção não seja contestada, mas sim exercida.

É importante entender que mesmo com as grandes conquistas advindas das lutas feministas, ainda no século XXI nos deparamos com discursos hegemônicos e vestígios de um ideal de mulher baseado nos discursos oriundos do patriarcalismo e capitalismo que corroboram para que esse “ideal” de mulher esteja em consonância com toda a construção social, cultural e histórica na atualidade

4 VIOLÊNCIA FEMININA

No Brasil, os registros de violência contra as mulheres vêm tomando grandes proporções e causando grandes danos na sociedade como um todo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a violência é entendida como:

[...] uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (Organização Mundial da Saúde, 2002, p. 5).

Desse modo, compreende-se que a violência ocorre com o intuito de ferir e/ou agredir alguém ou a si próprio. Porém, entre as várias formas de violência, a que interessa nessa pesquisa é a violência sexual contra as mulheres, enfatizando que é de extrema importância analisar essa categoria, visto que o Brasil é um dos países que mais violenta e agride corpos femininos. A violência sexual contra as mulheres parte de uma problemática social que está estreitamente ligada às relações sociais de gênero, instaurando-se na sociedade conservadora, capitalista e patriarcal.

Rangel (1999, p. 30) considera a violência contra mulher como:

Uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, que causaram a dominação da mulher pelo homem, a discriminação contra a mulher e a interposição de obstáculos contra seu pleno desenvolvimento. Trata-se de um dos dispositivos sociais estratégicos de manutenção da subordinação da mulher em relação ao homem.

Nesse contexto, nota-se que a violência feminina surge por intermédio de um discurso social de que a mulher é uma propriedade de dominação masculina e nisso, essa violência parte de uma posição dominante daquele que agride e pode ocorrer de diversas maneiras. A antropóloga Rita Segato⁶, tece um comentário ao que diz respeito do estupro (violência sexual), ela diz que: “O estupro não é um ato sexual, é de poder, dominação”. O estupro coloca a vítima em uma posição inferior e subalterna, abusando-a não só fisicamente, mas também psicologicamente. Posto isso, o estupro, assim como outra violência feminina, decorre mediante as relações de poder: dominação (homem) e subordinação (mulher).

⁶ Rita Segato, antropóloga da Argentina que estuda a violência contra às mulheres <https://www.culturaegenero.com.br/o-estupro-nao-e-um-ato-sexual-e-de-poder-de-dominacao-a-antropologa-argentina-rita-segato/>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

A pesquisadora Chauí (1985) salienta que a violência feminina ocorre pela “dominação masculina”, considerando o sexo masculino superior ao feminino e isso acaba produzindo um discurso masculino que legitima o domínio dos homens sobre o corpo das mulheres, bem como a desigualdade hierárquica.

Por ser um tema que está em frequente discussão, são mobilizadas condições precisas com o intuito de procurar reduzir o número de casos. Em vista disso, foram criadas leis para atender as reivindicações das mulheres e obter uma redução dos casos de violência feminina. Em maio de 1983, Maria da Penha foi vítima de duas tentativas de feminicídio por parte de Marco, seu esposo na época. Primeiro ele atirou em suas costas enquanto ela dormia e isso resultou na vítima ficando paraplégica, além de outras complicações físicas e traumas psicológicos. Para a polícia, Marco simulou uma tentativa de assalto, que, posteriormente, foi desmentido pela perícia. Na segunda tentativa, Marco manteve a vítima em cárcere privado e tentou eletrocutá-la durante o banho com a descarga elétrica. Depois de muita luta, as investigações iniciaram em 1983 e somente em 2002 o agressor foi condenado e solto dois (2) anos depois.

A partir da repercussão desse caso, em 2006 a Legislação Nacional sancionou a Lei Maria da Penha nº 11.340/06, que tem a finalidade de criar mecanismos para coibir a violência contra as mulheres, em especial a violência doméstica, punindo os agressores e protegendo as vítimas.

Assim, são consideradas pela lei os tipos de violência:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. (BRASIL, 2006)

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Essa especificação é importante para que a sociedade no geral entenda que a violência não é somente a física, mas sim qualquer atitude que intimide, prejudique, agrida ou manipule o outro. Ainda no que se diz respeito as leis, a ex-presidenta Dilma Rousseff, em 9 de março de 2015 sancionou a Lei nº 13.104 que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal⁷, acrescentando o feminicídio com crime de homicídio qualificado, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, adicionando o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

Em 22 de novembro de 2021, o ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro sancionou a Lei nº 14.245 que altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com o objetivo de coibir a prática de atitudes que interfira na integridade moral da vítima e de testemunhas, podendo estabelecer um aumento de pena no crime de coação durante o processo, a Lei tem como nome Mariana Ferreira.

Assim, observa-se que a violência contra as mulheres pode acontecer de diversas formas e instâncias, estando imersas em um conjunto de práticas recorrentes, que vão se agravando em intensidade e frequência, podendo acontecer em ambientes públicos e/ou privados por qualquer pessoa que tenha vínculo ou não com a vítima e, apesar de ser um problema de grandes proporções no Brasil, sua relevância é, em grande parte, invisível.

4.1 A influencia exercida pelas redes sociais

A era tecnológica trouxe um novo modelo de vida para a sociedade do século XXI, a saber: novas formas de interação social, possibilitando uma maior visibilidade para as pessoas e suas manifestações. Conforme isso, os espaços virtuais tomaram uma grande proporção e, assim, as redes sociais se tornaram lugares de interação. As redes sociais compõem um “espaço

⁷ Para mais informações acesse: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114245.htm
Acesso em 05 de outubro de 2023.

de exposição discursiva”, no qual usuários não estão apenas expostos a discursos, mas também são produtores.

É notório que com o advento das redes sociais, o movimento feminista ganhou mais palco, passando a usar as mídias a seu favor como uma forma de mobilização, expondo suas pautas e dialogando com a sociedade em torno do debate que envolve gênero, adquirindo assim, uma visibilidade maior. Em razão disso, se destacou em 2015, o ano da Primavera Feminista⁸, quando o feminismo ganhou espaço no mundo virtual, dispondo da tecnologia como uma importante aliada na divulgação e no diálogo de informações. Esse acontecimento só reforçou o quanto as redes sociais, a internet no geral, tem um impacto importante na mobilização e circulação de notícias. Sonia Alvarez, aponta que: “as redes ou meios sociais hoje têm um papel de destaque, especialmente na popularização dos feminismos e na articulação desses campos incipientes e mais precarizados.” (2014, p. 45).

Uma outra manifestação contemporânea do movimento feminista, que também teve/tem a internet como meio de propagação, é a Marcha da Vadias⁹, que ocorre de forma descentralizada e muitos dos protestos têm base na popularização das recentes tecnologias de comunicação e informação, sendo uma representação da relação entre feminismo e mídias sociais.

Assim, é importante destacar que, na sociedade contemporânea, as redes sociais assumem uma posição de fundamental importância, possuindo um papel estratégico na construção de opiniões, como também na pressão por políticas públicas, o que pode colaborar na intensificação e contextualização do debate sobre o feminicídio. Entretanto, estudos apontam que frequentemente informações disseminadas em redes sociais reforçam os estereótipos e culpabilizam a mulher, retratando os crimes de maneira sensacionalista, tendenciosa, em que fazem uso de imagens “irrelevantes”, a fim de procurar justificativas para o ocorrido, desrespeitando a vítima e os familiares e, contribuindo assim, para o fortalecimento da ideologia machista, patriarcal e capitalista.

Com o surgimento das redes sociais e sua utilização exacerbada, a violência contra as mulheres acabou ganhando uma ferramenta implacável e, nesse viés, entra em discussão a

⁸ A Primavera Feminista foi o nome que se deu aos protestos de mulheres, ocorridos em 2015, no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo reivindicar contra o projeto de Lei 5069/2013, em tramitação no Congresso Nacional, de autoria do ex - deputado Eduardo Cunha (PTB/RJ). O projeto dificultaria o atendimento das vítimas de violência sexual nos serviços públicos de saúde.

⁹ A Marcha das Vadias é uma manifestação que protesta pelo direito das mulheres usarem as roupas e se comportarem da forma que quiserem. “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente com a roupa que escolhi e poder me assegurar, que de burca ou de shortinho todos vão me respeitar!”

violência contra as mulheres no ambiente virtual (mundo cibernético), que de certo modo, possui um caráter mais cruel, visto que, a mulher acaba sendo exposta para o “mundo” em um curto período de tempo. Nisso, a tecnologia que deveria ser usada para atividades do cotidiano, vem se transformando em uma ferramenta para a prática de violência feminina, no qual, até então, não foram criados mecanismos eficazes para o enfrentamento dessa nova forma de violência, a ciberviolência.

Dessa forma, segundo Paveau (2021), a ciberviolência se refere a acontecimentos discursivos morais estimulados por enunciados violentos dentro de uma ecologia discursiva e os discursos produzidos nos espaços digitais da Web 2.0 deve, de acordo Paveau (2006), serem abordados enquanto tecnodiscursos, ou seja, languageiros e técnicos que estão imbricados cuja matéria propriamente languageira não pode ser extraída desses ambientes conectados, sem que prejudiquem as análises, assim, esses discursos são produzidos no interior dos dispositivos técnicos, tendo uma dimensão técnica sendo constitutiva do discurso, não se reduzindo apenas a um simples suporte.

4.2 Acontecimentos: Beatriz (2016) e 2023

Os episódios que serviram de base para as análises dos comentários aconteceram aqui no Brasil, nos anos de 2016 e 2023. A seleção destes ocorreu diante da grande repercussão nos veículos midiáticos e pela indignação que causaram a mim e a uma grande parte da sociedade por agirem de maneira cruel com essas mulheres.

De acordo com reportagens coletadas pelo G1 em 2016, o caso Beatriz ocorreu no Rio de Janeiro, em uma comunidade da Zona Oeste, quando ela tinha 16 anos e foi estuprada por, pelo menos, trinta (30) homens, incluindo seu namorado. Em um depoimento à Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI), a jovem deu detalhe sobre as agressões. No sábado, dia 21 de maio de 2016, a adolescente teria ido até a casa de um rapaz com quem se relacionava há três anos. Ela se lembra de estar a sós com ele e, no domingo, dia 22, acordou, dopada e nua, em uma outra casa, com 33 homens armados com fuzis e pistolas.

A jovem relata que voltou para casa de táxi e na terça-feira, dia 24, descobriu imagens suas, sem roupa e desacordada, circulando na Internet. Na época, apenas 3 homens envolvidos no crime foram identificados e tiveram o pedido de prisão preventiva. Dois deles publicaram as imagens na *Web* e o terceiro apareceu no vídeo divulgado nas redes sociais. Como o vídeo foi publicado em redes sociais, obteve uma grande repercussão, com milhares de pessoas tendo

acesso. Apesar de ter sido removido das redes sociais, os comentários direcionados a Beatriz eram cada vez mais agressivos e culpabilizavam a vítima sempre.

O segundo caso ocorreu no dia 30 de julho de 2023, em Santo André, região Noroeste de Belo Horizonte. Conforme o portal de notícias do G1, uma jovem de 22 anos (nome em anonimato) foi abandonada inconsciente na porta de casa. A vítima esteve em um show no sábado, dia 29, com amigos e colegas de trabalho. Segundo relatos da jovem, ela ingeriu uma grande quantidade de bebidas alcoólicas e, no momento de ir embora, um amigo chamou um carro de aplicativo e compartilhou o trajeto com o irmão da vítima, que estava em casa.

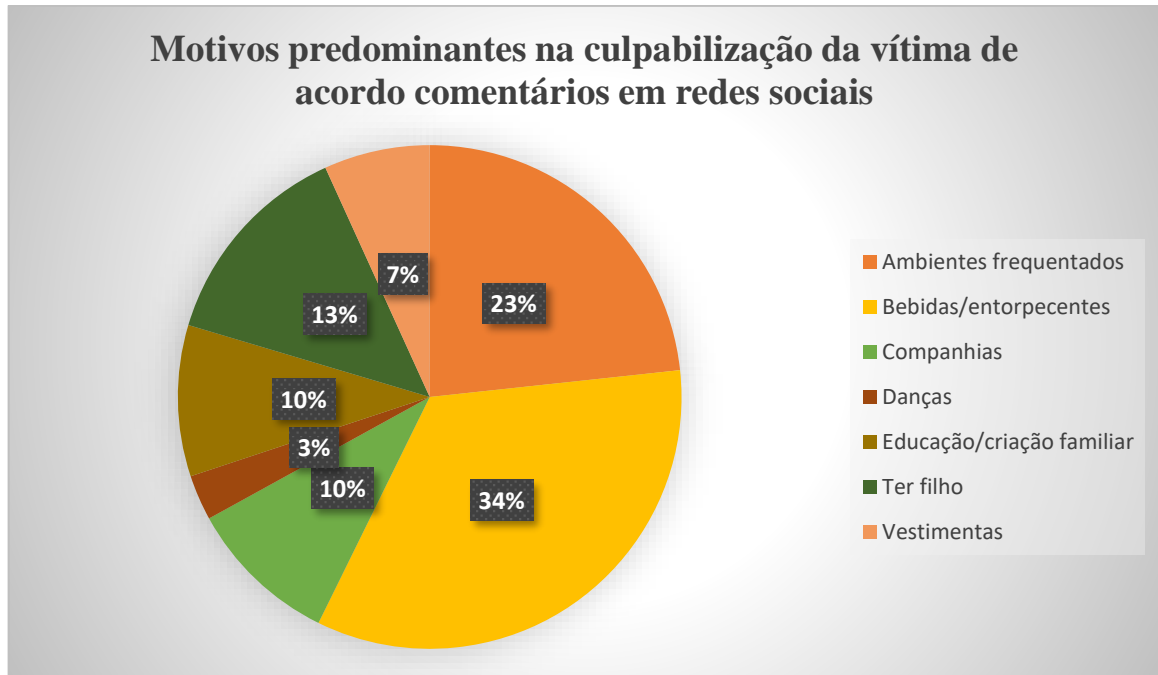
De acordo com a Polícia Militar, câmeras de segurança registraram o momento em que o carro chegou ao endereço da vítima. Passado um tempo, o motorista desceu, tocou o interfone e ninguém o atendeu. Ele ligou para o irmão, tocou novamente o interfone e não obteve retorno.

Em torno das 3h, o motorista pede ajuda a um homem que estava passando, para retirar a jovem do carro, colocando-a na calçada do prédio e, logo após, o motorista do aplicativo foi embora. Minutos depois, as câmeras flagraram um homem se aproximando da mulher e a carregando pelas costas. A vítima foi acordada na manhã do domingo, dia 30, por socorristas do Serviço de Atendimento Móvel (SAMU), que foram chamados por moradores da região. O homem identificado como Wembersom Carvalho da Silva, de 47 anos, foi preso na noite do domingo, dia 30, sob acusação de estupro de vulnerável. Caso segue sendo investigado pela polícia mineira.

Durante a coleta dos comentários, foram selecionados alguns que apresentam motivos que implicam no processo de culpabilização das vítimas e que são reforçados constantemente pela sociedade que insiste em transferir a culpa do agressor para a vítima.

Assim, foi realizado um levantamento com os motivos mais predominantes no processo de culpabilização das mulheres, considerando os casos em estudo.

Gráfico 01: Motivos predominantes na culpabilização da vítima



Fonte: Produção da pesquisadora/autora deste TCC (2023)

Com esses dados, observa-se que, de acordo com os casos estudados, os motivos que mais se sobressaem no processo de culpa das vítimas se referem a: ambientes frequentados, uso de bebidas ou entorpecentes, questão de companhias, danças, educação e/ou criação familiar, o fato de a mulher já ter um filho e suas vestimentas. Dentre os motivos justificados pelos enunciadorees que atribuem a culpa às vítimas, as bebidas/entorpecentes lideram (constituindo 34%); posteriormente, ambientes frequentados (23%); a questão de já ter filho e/ou ser mãe, com 13%; educação/criação familiar e companhias, correspondem a 10%; vestimentas, 7%; e danças, 3%.

A partir desses dados, percebe-se que os enunciadorees cujos comentários compõem o *corpus* da pesquisa, baseiam-se em discursos conservadores, patriarcais, machistas, procurando mecanismos para justificar a culpa da violência cometida contra as mulheres, com base no contexto do acontecimento que é narrado pelas mídias, que, em sua maioria, também corrobora com esse processo de culpabilização.

4.3 Como culpam as vítimas? Análise do *corpus*

Neste tópico, apresentamos as análises das figuras que compõem a pesquisa. Foram selecionados dois (2) acontecimentos de violência contra as mulheres, que ocorreram nos anos 2016 e 2023. No âmbito desses acontecimentos, constituímos o *corpus* de análise com quatorze

(14) comentários publicados nas redes sociais *facebook* e *instagram* e, dentre esses comentários, selecionamos quatro (4) para serem analisados aqui. Os comentários do *facebook*, primeiros a serem analisados, foram feitos no Portal G1 e tratam do caso Beatriz, ocorrido em 2016. Os dois (2) comentários seguintes foram feitos no *instagram*, na página “@maselenuncamebateu”, e tratam da jovem que foi estuprada após ser deixada, por um motorista de aplicativo, na calçada de sua casa em 2023.

As análises foram feitas de acordo com a ordem cronológica dos casos. A princípio, destacamos a imagem da notícia, na qual os comentários foram vinculados, a fim de, apenas, situar o(a) leitor(a), uma vez que a finalidade da pesquisa é analisar apenas os comentários e não as notícias. As primeiras figuras são do caso Beatriz, coletadas na página do Portal G1, no *Facebook*.

Figura 01: Caso Beatriz (2016) – *Facebook*



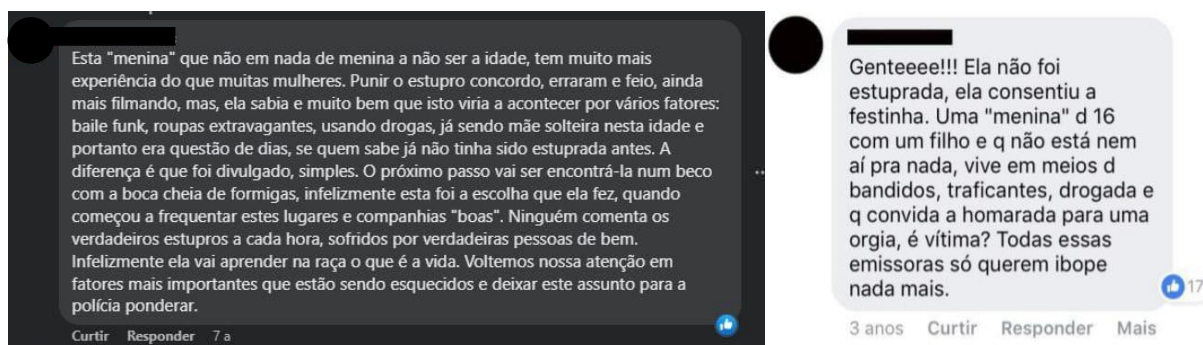
Fonte¹⁰

Essa foi a notícia que serviu de base para os comentários. Publicada na página do Portal de notícias G1 que traz um link de acesso, o qual encaminha o público para a notícia. Ainda na

¹⁰ Disponível em: [G1 - Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua - notícias em Rio de Janeiro \(globo.com\)](https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/26/garota-de-16-anos-ter-ido-abusada-por-cerca-de-30-homens-que-divulgaram-imagens-dela-nua-e-desacordada-nas-redes-sociais-g1.globo.com) Acesso em: 10 de setembro de 2023.

imagem, tem-se o *print*¹¹ de um *twitter*¹² que traz um título pejorativo sobre o caso e uma foto desfocada que, segundo pesquisas, é *print* do vídeo publicado da jovem Beatriz, sendo estuproada. Não é possível identificar o autor da postagem, já que o nome está desfocado.

Figuras 02 e 03: Caso Beatriz (2016)



Fonte¹³

Os textos acima (figura 1 e 2), comentários de internautas, são analisados a partir das seguintes categorias: formação discursiva, interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva.

Na figura 1, observa-se que o sujeito discursivo significa a vítima como “menina”, dizendo que: “*Esta ‘menina’ que não tem nada de menina a não ser a idade*”. Nesse enunciado, entende-se que o fato de a vítima, aos 16 anos, já ter um filho não pode ser considerada menina, uma vez que esses não são os ideais estabelecidos para ela, que, de acordo os discursos hegemônicos, meninas devem manter sua virgindade até o casamento, ao burlar essas condições que são/estão sujeitas, são colocadas em posição de culpa.

O comentário continua da seguinte forma: “*Punir o estupro concordo, erraram e feio, ainda mais filmando, mas...*”, o uso da conjunção adversativa (mas) indica, no dizer, uma ideia de adversidade sobre a condição de violência, reforçando mais uma vez que foi responsabilidade da mulher, uma vez que o sujeito traz na sequência “motivos” que, segundo ele(a), justificam a violência “(...) *mas, ela sabia e muito bem que isto viria a acontecer por vários fatores: baile funk, roupas extravagantes, usando drogas, já sendo mãe solteira nesta idade e portanto era questão de dias, se quem sabe já não tinha sido estuproada antes. A*

¹¹ O *print* também conhecido como captura de tela, é basicamente uma fotografia do que está aparecendo na tela do aparelho.

¹² Rede social criada em março de 2016 por Jack Dorsey, Evan Williams, Biz Stone e Noah Glass, lançado em julho de 2016 nos Estados Unidos.

¹³ Disponível em: [G1 - Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua - notícias em Rio de Janeiro \(globo.com\)](https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/09/10/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua-noticias-em-rio-de-janeiro-globo-com.html) Acesso em: 10 de setembro de 2023.

diferença é que foi divulgado, simples”, usando a condição da mulher para justificar o acontecimento e colaborando para o fortalecimento da cultura do estupro.

Nesse enunciado, é possível analisar que há uma necessidade em procurar justificativas para o crime e não procurar o culpado. O sujeito discursivo elenca vários fatores, a saber: *“baile funk, roupas extravagantes, usando drogas, já sendo mãe solteira nesta idade...”*. Quando usa de um local, nesse caso, um baile funk, o sujeito fortalece o discurso de que ambiente é um fator que condiciona a violência e, além disso, entende-se que, segundo essa FD, baile funk é um local propício para que ocorra esse tipo de crime e isso acaba anulando a possibilidade de que possa ocorrer em outros locais, em ambientes públicos, por exemplo. O sujeito ainda traz um outro fator para o acontecimento: a questão das roupas, o efeito que apresenta é de que mulheres não podem usar roupas extravagantes para não atraírem a atenção de homens, já que a roupa, conforme discursos hegemônicos, também é condicionante para que a violência seja cometida. O sujeito continua apresentando como fatores: drogas e ser mãe solteira aos 16 anos. Ele reforça que o fato de uma jovem, de 16 anos, já ter filho, distorce os padrões estabelecidos para ela, como já supracitado. Esses fatores reproduzem e intensificam o discurso de que os homens devem estar atentos ao comportamento feminino, verificando se estão seguindo os “ideais” que são condicionados a elas.

O sujeito discursivo prossegue: *“O próximo passo vai ser encontrá-la num beco com a boa cheia de formigas, infelizmente esta foi a escolha que ela fez, quando começou a frequentar estes lugares e companhias ‘boas’.*”. Nesse enunciado, há a sustentação de que a vítima fez a escolha de ter sido estuprada e terá que arcar com as consequências e, mais uma vez, a culpa recai sobre a vítima, aquela que “escolheu esse caminho” e não ao agressor.

Continua dizendo: *“Ninguém comenta os verdadeiros estupros a cada hora, sofridas por verdadeiras pessoas de bem...”* percebe-se que o sujeito deslegitima a violência e pelo fato da vítima não atender as “regras” impostas pela sociedade (capitalista, patriarcal e conservadora) ela não é considerada uma pessoa de bem, ou seja, aquela que se encaixa no perfil ideal que o meio social impõe, sobretudo para o sexo feminino, como já supracitado em seções anteriores. Finaliza da seguinte maneira: *“Infelizmente ela vai aprender na raça o que é a vida. Voltemos nossa atenção em fatores mais importantes(...)*, fica plausível que o sujeito discursivo menospreza a vítima e o acontecimento, considerando o crime como algo de pouca importância.

No texto (Figura 2), observa-se que há uma negação do ocorrido, logo quando o(a) autor(a) do comentário indica que a jovem *“consentiu a festinha”* e reforça dizendo que *“uma ‘menina’ d 16 anos com um filho...”*, pressupõe que ela – a vítima – deu espaço para que a

violência ocorresse. Além disso, o fato de uma jovem, de 16 anos, já ter filho e viver junto com bandidos, traficantes, corrompe os padrões que a sociedade impõe para a mulher, desse modo a culpabilização para a vítima é certa.

Outro ponto a ser analisado, no texto apresentado como Figura 2, é quando o sujeito coloca o seguinte: “*convida a homarada para uma orgia, é vítima?*”, quando utiliza-se o verbo “convidar” pressupõe que a jovem, é responsável pela violência, uma vez que, através de ideologias que são sustentadas pelos aparelhos ideológicos, os efeitos de sentido no emprego do verbo, anula a culpa dos agressores e transfere para a vítima.

Além da vítima ter sido violentada sexualmente, ela ainda é violentada verbalmente e psicologicamente, no ambiente virtual, quando os autores dos comentários utilizam de discursos que ofendem e difamam a conduta da vítima, colocando-a numa posição de culpada, visto que ela estava em local e com companhias que, de acordo os discursos hegemônicos, são fatores determinantes para ela se tornar culpada e não vítima.

O Perito, Rildo Silveira (2019)¹⁴, em entrevista ao Correio Nogueirense, diz que culpar a vítima, significa desvalorizá-la, considerando-a responsável pelo crime. Ele ainda explica: “culpar a vítima pela violência que ela sofreu, para ela, é uma segunda violência, ela não é culpada e nem responsável pelo que aconteceu. Ficar omissos perante aos pedidos de ajuda, repito, significa torná-la mais vítima de uma situação em que ela já foi colocada neste papel”.

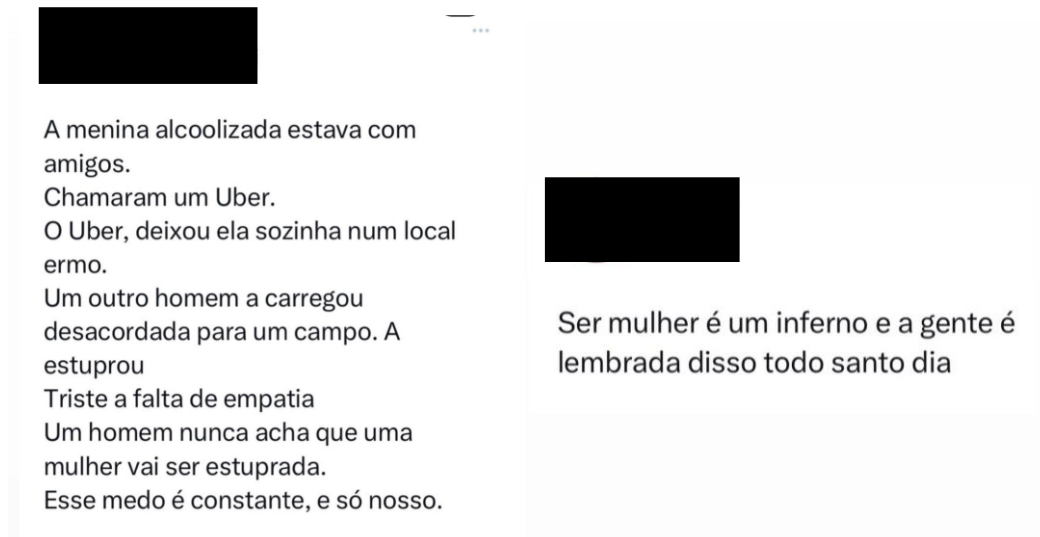
O discurso se conjuga por meio do já-dito, sendo constituído através do interdiscurso, que funciona como base para o intradiscurso. O interdiscurso, de acordo Pêcheux (2009), é o conjunto de todo complexo com dominante de formações discursivas. Com base nisso, é possível afirmar que as FDs derivam do interdiscurso e são dele dependentes.

Ao analisar discursivamente as duas figuras, observa-se que os discursos produzidos nos comentários se encaixam numa FD machista e conservadora, as quais, o funcionamento do interdiscurso (através dos já ditos sobre machismo, conservadorismo, etc.) são materializados nos comentários - sendo esse o intradiscurso - mostrando a forma como as mulheres, vítimas de estupro, são tratadas por grande parte da sociedade. A mulher, por intermédio de discursos conservadores, machistas, etc, acaba sendo culpabilizada por um crime cometido contra ela, fortalecendo o que entendemos por cultura do estupro.

¹⁴ Perito do Instituto de Perícias Judiciais e Ciências Criminais (IPCCERJ), além disso é Especialista em Perícia e Análise de Crimes contra Crianças e Adolescentes.

Os próximos textos remetem ao caso que ocorreu em Belo Horizonte (2023), as figuras (*prints*) foram coletados da página do *instagram* @maselenuncamebateu.

Figuras 04 e 05: Caso em anonimato (2023)

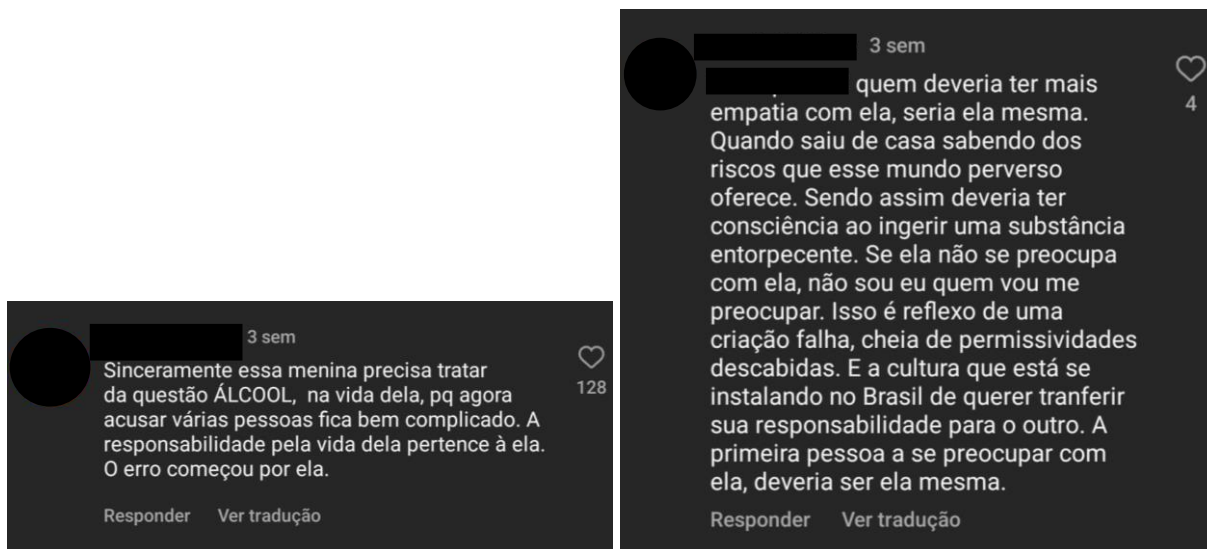


Fonte¹⁵

Essas foram as postagens que geraram os comentários analisados abaixo. Uma publicação na rede social *instagram*, no perfil “@maselenuncamebateu”, os textos trazem discursos/opiniões de internautas a respeito do acontecimento em Belo Horizonte. Observa-se que as(os) autoras(es) demonstram sua indignação com o ocorrido, reforçando o quanto é difícil ser mulher.

Figuras 06 e 07: Caso em anonimato (2023)

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvYol6fNa46/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==> Acesso em 05 de outubro de 2023.



Fonte¹⁶

Na figura 06, o sujeito discursivo inicia seu comentário da seguinte forma: “*essa menina precisa tratar da questão ÁLCOOL, na vida dela...*”), o efeito que se apresenta é de que já se tem um discurso estabelecido e construído socialmente de que mulheres não devem consumir álcool para não corromperem com os padrões determinados, pois esse consumo acaba sendo um fator determinante para que a violência aconteça, além de evidenciar a questão do álcool, que é um pretexto muito usado por agressores para retirarem sua culpa no crime.

O sujeito discursivo finaliza afirmando que: “*O erro começou por ela.*”, observa-se que utiliza a condição da mulher, por ter ingerido álcool, para justificar o ocorrido, se esquivando do centro do problema, que são as relações sociais de gênero.

Rildo Silveira (2019), explica que é preciso que as pessoas tenham cuidado com comentários em redes sociais sobre violência sexual, pois, assim como ele diz: “as palavras são como flechas: uma vez lançadas não voltam atrás. Além de todo o trauma, quem vive esse tipo de abuso ainda precisa conviver com questionamentos sobre sua conduta ou susposto erros e isso é humilhante.”

Na figura 07, percebe-se que o sujeito discursivo aponta o uso de entorpecentes como um motivo que colaborou para o estupro e mais uma vez utiliza da condição da vítima para justificar o acontecimento. Continua dizendo: “*Isso é reflexo de uma criação falha, cheia de permissividades descabidas.*”. O sujeito, além de usar os entorpecentes como uma justificativa para o crime, ele(a) também aciona uma FD sustentada por uma ideologia que coloca a família

¹⁶ Disponível em <https://www.instagram.com/p/CvYol6fNa46/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==> Acesso em 05 de outubro de 2023.

como responsável também, já que a família não a educou, sendo tolerantes com atitudes, segundo o sujeito discursivo, descabidas.

Nos dois comentários acima, os sujeitos se inscrevem numa FD com já ditos que atravessam seu discurso. Sendo uma FD sustentada por uma ideologia machista, que coloca a mulher numa posição submissa ao homem. Assim, as palavras não possuem sentido únicos, como aponta Pêcheux (1995), elas recebem sentidos a partir da formação discursiva que estão inseridas e esses sentidos se constroem por meio de relações com o social, o ideológico e o histórico. Nota-se, então, que a partir do interdiscurso retoma o já dito e esse já dito presente no interdiscurso são retomados pela memória discursiva. Segundo Orlandi (2012), o interdiscurso sustenta o já dito, mesmo que o sujeito tenha esquecido esse já dito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões e análises desse estudo, foi possível compreender que os discursos são materializações de ideologias, determinando o que pode ou não ser dito. Diante disso, essa pesquisa direcionou-se em analisar os efeitos discursivos de comentários que vinculam nas redes sociais (*facebook* e *instagram*), agindo no sentido de culpabilizar a mulher, vítima de violência sexual, tornando-se possível constatar que, na visão de uma sociedade patriarcal, conservadora e capitalista, as mulheres serão sempre condicionadas a serem culpadas por crimes cometidos pelos homens contra elas.

Os quatorze (14) comentários selecionados possuem em si marcas da opressão que todas as mulheres são submetidas por conta do predomínio da cultura patriarcal, a qual a mídia hegemônica busca se situar neutra, mesmo que dessa forma conduza-se ao que entendemos por silenciamento e invisibilidade.

Ao utilizarmos a Análise do Discurso Pecheutiana compreendemos que um discurso não é neutro, ele é carregado de ideologias e, por meio da AD e suas categorias, passamos a entender aquilo que está nas entrelinhas dos discursos, a maneira como esses discursos se constroem e o funcionamento da ideologia na sua construção, que determina as posições nas quais o sujeito discursivo ocupa e defende.

Os efeitos discursivos nos quatro (4) comentários selecionados para a análise foram o objeto de estudo dessa pesquisa. Ao mobilizar conceitos da Análise do Discurso, como: Formação discursiva (FD), formação ideológica (FI), interdiscurso, intradiscurso e memória discursiva, observou-se que, através de discursos hegemônicos, a vítima torna-se culpada por um crime cometido contra ela. Os discursos se reproduzem por intermédio de palavras carregadas de sentidos e esses sentidos são constituídos por ideologias que sustentam as formações discursivas.

Nessa perspectiva, os efeitos discursivos dos comentários, possibilitam constatar que essa culpa está cristalizada na sociedade, visto que toda a construção histórica, social e cultural coloca a mulher numa posição de culpada e o discurso torna-se uma ferramenta para reforçar e intensificar os estereótipos sob a figura feminina. Ainda nos comentários, é possível afirmar que além das mulheres serem violentadas sexualmente, são também, condicionadas a culpa, uma vez que, segundo os discursos, elas abrem espaços para a violência, já que não seguem os padrões impostos pela sociedade.

Embora a pesquisa seja voltada para a análise dos efeitos discursivos de culpabilização da vítima em comentários, é importante também destacar que apesar de existirem discursos que

se inserem numa formação discursiva que culpabilizam a vítima, ou seja, discursos sustentados por ideologias machistas, existem também discursos que agem no sentido de combater essa culpabilização, que resistem a essa ideologia dominante e, é preciso fortalecer esses dizeres, abrindo espaços para debates e diálogos, principalmente nas mídias digitais, a fim de iniciar uma mudança nessas relações sociais de gênero.

Por fim, sigo na esperança que um dia tenhamos a liberdade e o direito de ir e vir, sem que alguém esteja nos sujeitando a fazer algo ou agir contra nossa vontade e que possamos ter mais espaço, voz e atenção, mas até lá, lutemos como uma garota, ou talvez, como uma “bruxa” – termo usado para designar mulheres que praticavam ações que a sociedade considerava bruxaria, por isso, eram queimadas em fogueiras pelos líderes da inquisição – resistindo a exclusão social.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.

ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso: A cultura do estupro no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020. BARROS, A. L.; SILVA, G. A. G. da. FEMINICÍDIO: o papel da mídia e a culpabilização da vítima. **Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior, [S. l.]**, v. 11, n. 2, p. 22, 2019. Disponível em: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/729>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

ALVAREZ, SÔNIA. **Para além da sociedade civil**: Reflexões sobre o campo feminista. Cadernos Pagu, Campinas, SP. n. 43, p. 13-56, 2014.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: A experiência vivida. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. **LEI nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF, 7 de agosto de 2006, 185º da Independência e 118º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 10 set 2023.

BRASIL. **LEI nº 13.104, de 9 de março e 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF, 9 de março de 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm Acesso em setembro de 2023.

BRASIL. **LEI nº 14. 245, de 22 de novembro de 2021**. altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114245.htm Acesso em setembro de 2023.

CARDOSO, I. C.; RAMALHO, V. O discurso de títulos de notícias sobre violência sexual: a mídia on-line e a culpabilização da vítima de estupro. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 7, n. 1, p. 69-85. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/486> Acesso em: 23 de outubro de 2022.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Trad. KOMESU, Fabiana. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: Franchetto, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C. e HEILBORN, Maria Luiza (Org.) **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar, 1985, p. 23-62.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 408f. Tese (doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013.

COLLINS, Patrícia Hill. “La construction sociale de la pensée féministe Noire”. In: DORLIN, Elsa; WALLACE, Michele. **Black feminism: anthologie du féminisme africain-américain**. 1975-2000. Paris: L’Harmattan, 2008. p. 135-175.

DEVREUX, Anne-Marie. **A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina**. Soc. estado 2005, vol.20, n.3, p. 561-584.

FALQUET, Jules. **Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal**. Mediações. Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. e jul./dez. 2008.

FALQUET, Jules. **Les mouvements sociaux dans la mondialisation néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique latine-Caraïbes-France)**. Habilitation à diriger des re-cherches (mimeo). Paris: Université de Paris 8, 2012.

HOOKS, Bell. “Intelectuais negras”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-476, 1995.

MONTEIRO, L. K. V. L. M. A imparcialidade jornalística sob a ótica da retórica e a perpetuação do status quo feminino. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-9, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88251> . Acesso em: 20 de outubro de 2022.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcianelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcianelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 10ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PAVEAU, Marie-Anne. **Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition**. Paris, Presses Sorbonne nouvelle, 2006.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas, SP: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**. In: _____. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. (1ª edição) Tradução: Eni Pulcianelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da Memória**. IN: Papel da Memória. Pierre Achard et al. Tradução: José Horta Nunes. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49-50.

PÊCHEUX, Michel. Tradução Eni Pulcianelli Orlandi. et al. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 163-187.

PEREIRA, MERVAL. **O papel da imprensa**. O GLOBO. Rio de Janeiro, dez./2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira/post/o-papel-da-imprensa.html>. Acesso em outubro de 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos ano dourados**. São Paulo: Contexto, 2015.

RANGEL, Olívia Joffily. **Violência conjugal contra a mulher, “Narciso acha feio o que não é espelho...”**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: SP, 1999.

SAFFIOTI, Heleiegh Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleiegh Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleiegh Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e realidade, vol. 15, n. 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p. 71-99.

SILVA, Samuel Barbosa. **A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para promoção do capital**. 2017. 137f. Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SILVIA, Federici. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

SILVIA, Federici. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em outubro de 2023.

Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296_ARQUIVO_Pri_maveraFeminista-ainternetasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf. Acesso em outubro de 2023.


Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvYol6fNa46/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>
Acesso em 05 de outubro de 2023.

Disponível em: <https://correionogueirense.com.br/combater-a-culpabilizacao-das-vitimas-de-violencia-sexual-e-um-desafio-para-rildo-silveira-correio-nogueirense/>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

ANEXOS

COMENTÁRIOS EM REDES SOCIAIS


Triste vida dessa menina. Já tem um filho de 3 anos, ou seja foi abusada enquanto criança. Infância e vida perdidas. Com certeza nunca teve mãe, pai ou avós que cuidassem dela ou que se preocupassem com sua existência. Infelizmente isso acontece com muitas crianças, que depois que começam a andar são largadas no mundo. Essa com 12 para 13 anos já ia para festinhas na comunidade. Muito provavelmente nem tinha hora para voltar para casa. Com 13 anos a maioria que eu conheço tem que estar em casa às 8 horas e no máximo vão à festinhas na vizinha. Dedicção de algum adulto e educação permanente é tudo na vida. Se a criança não tem atenção ou alguém que a ame dificilmente encontrará um bom caminho sozinha.

Curtir Responder 7 a  4

Bom só acho que "meninas" não devem andar á noite...nem beber ,nem dançar...só acompanhada de um adulto...bebida deixa qualquer um desorientado ,ainda mais uma pessoa tão nova...devem ter colocado alguma droga na bebida dela...é triste ver nestas danceterias "meninas" bebendo, caindo nos cantos ,e vomitando nos banheiros...os pais precisam ter mais cuidado...se preocuparem mais, amarem mais...ensinem os jovens a terem mais cuidado, serem mais responsaveis...é muito triste ver adolescentes se comportando como animais...Mas ainda continuo achando que lugar de "meninas " á noite , é dentro de casa, ao lado dos pais ,na cama, dormindo e protegida... Agora todos falam, mas ninguem vai devolver pra essa menina os sonhos que lhe foram tirados...❤️

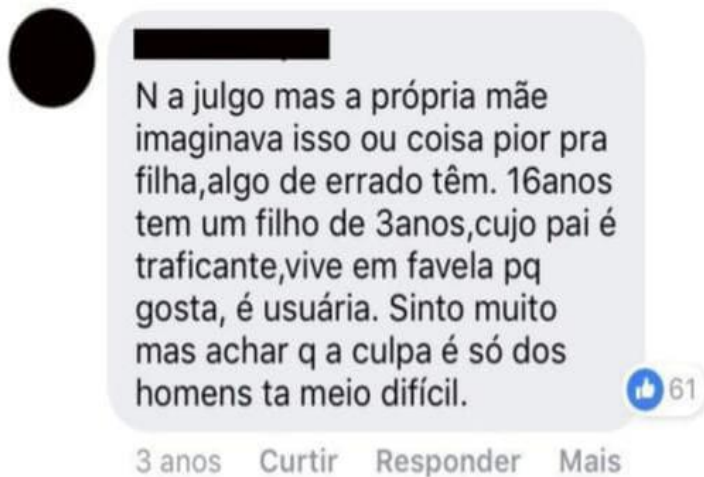
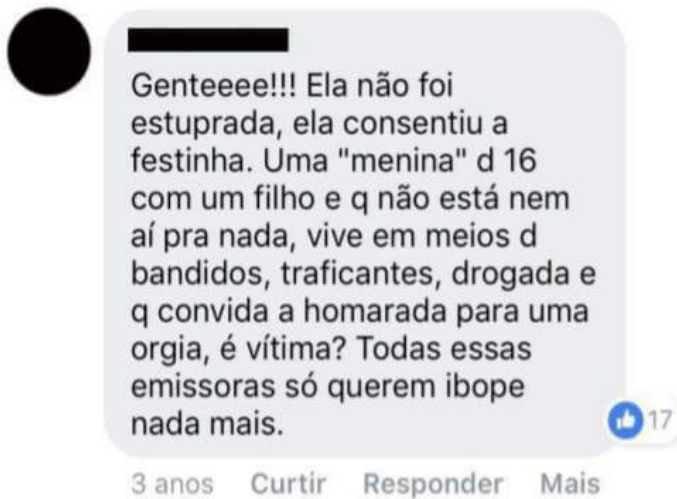
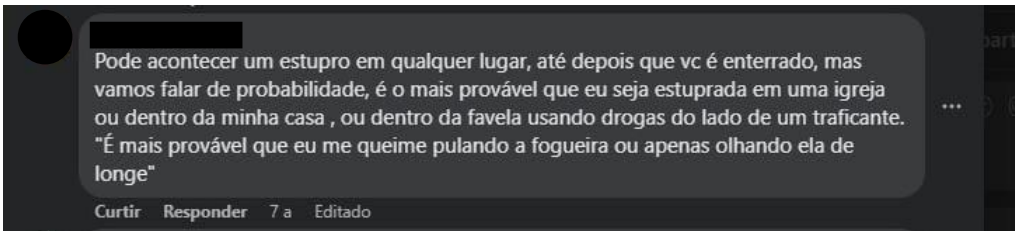
Curtir Responder 7 a

Esta "menina" que não em nada de menina a não ser a idade, tem muito mais experiência do que muitas mulheres. Punir o estupro concordo, erraram e feio, ainda mais filmando, mas, ela sabia e muito bem que isto viria a acontecer por vários fatores: baile funk, roupas extravagantes, usando drogas, já sendo mãe solteira nesta idade e portanto era questão de dias, se quem sabe já não tinha sido estuprada antes. A diferença é que foi divulgado, simples. O próximo passo vai ser encontrá-la num beco com a boca cheia de formigas, infelizmente esta foi a escolha que ela fez, quando começou a frequentar estes lugares e companhias "boas". Ninguém comenta os verdadeiros estupros a cada hora, sofridos por verdadeiras pessoas de bem. Infelizmente ela vai aprender na raça o que é a vida. Voltemos nossa atenção em fatores mais importantes que estão sendo esquecidos e deixar este assunto para a polícia ponderar.




Curtir Responder 7 a 

A lei mais rígida seria partir da mulher,se dá mais valor é ter mais cuidado com quem anda e onde anda,porque ao meu ver mulher estuprada por vagabundo quando a aborda na rua ou adentra sua casa não está sendo visto como o que aconteceu.

Curtir Responder 7 a






Eu quero Aki chamar atenção daqueles que são entendidos. Não aceito uma moça sai da sua casa, briga até com os pais pra "curtir" balada se vestindo quase pelada, bebendo cachaça, fumando...chega a um ponto q nem o nome dela já não lembra mais, e quando sofre esse tipo de abuso quer mandar pra cadeia um homem a qlquer custo?. Gente, certamente se ela se comportar como uma moça não sofrerá danos dessa natureza e será respeitada... Não sou a favor da violência, a prática da violência contra vida humana é crime, porém, precisa ter bom senso...Respeitar pra ser respeitada.

  9 sem  10




Pois é, pq ninguém fala da irresponsabilidade de se embriagar sem limites ao ponto de entrar em coma alcoólico e não ter o próprio domínio e os outros serem culpados, ela pode ter sido sim vítima de um estupro mas vítima por ter bebido a esse ponto ninguém obrigou ela a beber então não existe ninguém tão culpada quanto ela, até pq ela se colocou nessa situação de vulnerabilidade

[Responder](#) [Ver tradução](#)

  9 sem  1



Ela podia saber o limite de beber também. Ja ajudaria. E as amigas dela, kde o feminismo??

[Responder](#) [Ver tradução](#)

  9 sem  66



Nada foi certo ninguém Certou mas a vítima tbm errou ,somos mulheres sabemos infelizmente o risco q corremos todo o tempo?qual a necessidade de beber pra apagar ,controle tbm é tudo né . Tudo teria sido evitado se apenas houvesse controle,ela não estaria a mercê de ninguém

[Responder](#) [Ver tradução](#)

 9 sem  74



A mulher não pode beber e cair como os homens, pq torna-se oportunidade de violência. Ainda vivemos tempos difíceis para nós mulheres.


[Responder](#) [Ver tradução](#)

 3 sem  128

Sinceramente essa menina precisa tratar da questão ÁLCOOL, na vida dela, pq agora acusar várias pessoas fica bem complicado. A responsabilidade pela vida dela pertence à ela. O erro começou por ela.

[Responder](#) [Ver tradução](#)

 3 sem  4

 quem deveria ter mais empatia com ela, seria ela mesma. Quando saiu de casa sabendo dos riscos que esse mundo perverso oferece. Sendo assim deveria ter consciência ao ingerir uma substância entorpecente. Se ela não se preocupa com ela, não sou eu quem vou me preocupar. Isso é reflexo de uma criação falha, cheia de permissividades descabidas. E a cultura que está se instalando no Brasil de querer transferir sua responsabilidade para o outro. A primeira pessoa a se preocupar com ela, deveria ser ela mesma.

[Responder](#) [Ver tradução](#)